

# **Discurso de Posse na Academia de Letras Jurídicas da Bahia – 12 de março de 2015**

**Miguel Calmon Dantas – Cadeira n. 35**

Excelentíssima Senhora Professora Alice Gonzalez Borges,  
Presidente da Academia de Letras Jurídicas da Bahia, na pessoa de quem saúdo  
os demais membros da mesa,

Senhores acadêmicos, senhores professores, procuradores,  
magistrados, demais autoridades presentes, estudantes,

Queridos amigos, alunos e ex-alunos.

Minha amada família.

Este dia 12 de março de 2015 ficará para sempre guardado na minha mente, no meu coração e, espero, que seja bem lembrado por todos que aqui estão. Em breve contarei como cheguei a este dia, o que envolve uma sucessão de datas e acontecimentos muito próximos de luminares do direito pátrio e da minha própria trajetória. Daí a emoção especial que me toma, como já mencionado na oportunidade em que aqui estive, ainda antes da eleição, de estar diante de gigantes, de juristas na mais precisa, virtuosa e gloriosa acepção da palavra. Diante de juristas e numa academia. Diante de gigantes, juristas, imortais, na academia.

Gigantes Juristas que foram fundamentais para que estivesse aqui nesta honrosa data. *Les quarante*, para invocar a matiz francesa, cujo modelo inspirou a Academia Brasileira de Letras e que foi o adotado pelos Acadêmicos Manuel Pereira, Orlando Gomes, Ivan Americano da Costa e Manoel Ribeiro, bem como os demais fundadores, os Acadêmicos Aquinoel Neves Borges, Dylson Dórea, Edson O`Dwyer, Genaro de Oliveira, Gerson Pereira dos Santos, José Abreu Filho, Virgílio da Motta Leal Júnior, na constituição da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. O Acadêmico Manuel Pereira, seu idealizador, o nosso Machado de Assis, absteve-se de compor o quadro inicial dos dez fundadores, o que foi aceito sob a condição de ocupar a cadeira nº 11.

Não posso me esquivar de contar esta trajetória que é, antes de tudo, de agradecimento e de respeito; de reconhecimento e de louvor ao pensamento jurídico, para que possa, com justiça, homenagear tanto o patrono da cadeira nº 35, Bernardino Madureira de Pinho, como o meu nobre e imortal antecessor, Luiz de Pinho Pedreira da Silva, ou, como era mais carinhosamente chamado, Mestre Pinho.

Esse é o percurso que trilharei nesses poucos minutos em que receberei a atenção dos senhores, pois foi o único que encontrei para responder à pergunta que o Acadêmico Rodolfo Pamplona Filho fez a si mesmo no seu próprio discurso de posse nesta Academia.

## **1. PERCUSOS ENTRELAÇADOS: ACADEMIA, MAGISTÉRIO E CIÊNCIA JURÍDICA**

Certamente não teria sequer começado a chegar aqui se não fosse o dia 7 de dezembro. E vejam, senhores, que o dia 7 de dezembro será muito especial.

Em 7 de dezembro de 1909 nasceu o Prof. Orlando Gomes dos Santos, um dos fundadores da Academia e seu primeiro Presidente. Em 7 de dezembro de 1930 nasceu meu querido pai, Humberto de Carvalho Dantas. Em 7 de dezembro de 1983 foi fundada esta Academia de Letras Jurídicas, quando havia apenas três outras nos demais Estados da Federação. Sem qualquer um deles, não estaria aqui neste momento solene.

Ainda o mês de dezembro me remete a outro data marcante, em que, efetivamente, a admiração de um jovem estudante pelos juristas e por esta Casa floresceu intensamente.

Em 5 de dezembro de 1997, quando já havia concluído meu segundo semestre do curso de Direito da Universidade Católica do Salvador, entrei, reverenciando, nesta Academia de Letras pela primeira vez, trazido que fui por meu pai para a entrega da edição daquele ano do Prêmio Luiz Tarquínio, oferecido pela Fundação Orlando Gomes aos melhores artigos sobre direito do

trabalho e direito previdenciário. Às 10:00 h. da manhã se iniciou a sessão. E qual não foi meu espanto ao ver que quem ganhara o galardão fora colega meu, um semestre mais avançado no curso de Direito, Adonias, que hoje é processualista de escol, Mestre e Doutor em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia e querido amigo.

Naquela data, presenciando momento de extase intelectual, mais uma vez graças à Orlando Gomes (agora por sua Fundação) e a meu pai, fui tocado definitivamente pela paixão ao Direito (que já se apresentara durante o início do curso), à pesquisa e ao saber, ao tempo em que via o quão distante estava de todos aqueles juristas, que se reuniam para entregar o prêmio a um estudante de terceiro semestre.

E, repito novamente, juristas numa Academia.

A partir de então, encantado pelas reflexões, pelo pensamento ativo e vivente que era fecundamente nutrido no seio deste Silogeu, e entusiasmado pela abertura aos alunos e estudantes, busquei cada vez mais me aproximar desta Casa, sem qualquer pretensão de, algum dia, vir a integrá-la.

A partir de então, a minha trajetória acadêmica e profissional passou a se entrelaçar e a contar com a participação de todos os Acadêmicos.

Diria que Rodolfo Pamplona Filho tem a precedência. Impressionado com a sua sagacidade, com a sua energia e multidimensionalidade, foi grande incentivador e uma pessoa chave para que, inicialmente, viesse a ser agraciado com o mesmo Prêmio Luiz Tarquínio que, no ano anterior, tinha sido entregue a Adonias. E graças, em parte, ao acaso de um furto. Depois, com afeto de paternidade intelectual, embora distanciando-me do Direito do Trabalho, aparentemente, foi o responsável por me impor o ingresso no magistério, começando pela Unyhanna e, depois, pela Unifacs, graças, também, ao Prof. Adroaldo Leão, grande timoneiro do curso, e a Fredie Didier, que mais tarde seria outro grande incentivador, além de me permitir ser decano, enquanto lá estive, da Faculdade Baiana de Direito.

E a Rodolfo, devo, por isso, a graça inestimável de ter encontrado, na primeira turma da primeira aula que ministrei, a minha esposa, com quem

anos depois viria a namorar e casar, Iana, que, com sua compreensão, carinho, paciência, amor e atenção, tornou possível essa caminhada. Sem ela, eu não estaria aqui, como também não teria o presente mais importante da vida, meu filho, Miguelzinho, que participou nesses últimos dois anos, intensamente, de nossas vidas, alegrando-as com seu sorriso e suas gargalhadas.

Paralelamente, não posso deixar de registrar a importância de Dr. Aurélio Pires, tesoureiro desta Academia e, em boa parte, responsável pela minha formação como advogado, antecedido por meu pai e, na advocacia pública, por meu cunhado, Fernando Torres. A firmeza e a intransigente defesa dos seus ideais marcam e distinguem Dr. Aurélio, confundindo-se no acadêmico e no advogado.

E através dele pude conhecer outros acadêmicos, com os quais não tinha contato pessoal, mas cujas ideais eram vivamente discutidas e festejadas, como os Acadêmicos Emmanuel Matta, Sérgio Habib, Amâncio José de Souza Netto, Raymundo Laranjeira, Hermano Machado, de quem não pude ser aluno na Católica, Raymundo Pinto, Mário Barbosa, Deraldo Brandão, Jackson Azevedo, Manuel Pereira, Dylson Dória, Genaro de Oliveira e Geraldo Sobral. Obrigado Dr. Aurélio, pôs-me em contato com todos eles!

E, na Católica, meus queridos professores, alguns acadêmicos, como Antônio Carlos Nogueira Reis, que fora colega de minha mãe, Stelinha, nas primeiras turmas desta Universidade, bem como Prof. Mário Barbosa e o Prof. Cezar Santos. Ambos expressam intensamente a condição de acadêmicos. Não podia deixar, entretanto, de referenciar e homenagear os demais professores, como Ana Lúcia Berbert de Castro Fontes, Jussara Lobo, Marcelo Zarif, dentre outros, que lapidavam o meu amor pelo Direito.

Na Unifacs, como professor, gozei de um convívio profícuo e de intensa riqueza cultural com o Prof. Edivaldo Boaventura, sobre quem falarei adiante, e com a Profa. Marília Muricy. Eram aulas nos intervalos das aulas! E com meu amigo, Luciano Martinez, eram as constantes reflexões sobre Direito do Trabalho.

Já no Mestrado, Doutorado e como Professor da Ufba, gozei do contato com outros Acadêmicos que iluminaram e conduziram-me na trajetória que trilhei, como Manoel Jorge e Silva Neto e Saulo Casali Bahia. Manoel Jorge, presidindo o concurso em que fui aprovado e participando das bancas que avaliaram minhas dissertação e tese, e Saulo, orientador da tese. Com ambos e cada um tive profundas conversas e reflexões doutrinárias, bastando indicar que, em recente banca que compus com ambos para avaliação de trabalho de conclusão de curso, passamos mais de duas horas de profundas discussões sobre temas constitucionais, com a participação do arguido.

A ambos, minha profunda admiração.

Também na Ufba gozei do contato e da amizade de Cesar Faria, figura ímpar, de pensamento ágil e firme, nosso próximo Presidente, com justíssimo merecimento, como também de Jairo Lins de Albuquerque Sento-Sé. Profa. Maria Auxiliadora e Prof. Edvaldo Pereira de Brito também estão com os nomes inscritos na minha vida acadêmica e profissional, pela amizade e atenção que sempre dedicaram. Profa. Mônica Aguiar, desbravando a bioética, demonstrou como nunca é suficiente pensar as categorias tradicionais do Direito, o que também se estende ao querido amigo e companheiro de viagem e curso, Paulo Modesto, que contribui ativamente para o engrandecimento do Direito Público na Bahia.

Fernando Santana, colega de Procuradoria do Estado, de sagacidade e intensidade intelectuais marcantes, sempre foi paradigma, como também o Prof. Paulo Furtado. Johnson Barbosa, cujas aulas de tributário nos intervalos das aulas eram inestimáveis.

Convivi e convivo com os dois acadêmicos que me antecederam nas posses das cadeiras 25 e 15, Fabiano Pimentel e Pablo Stolze, cuja vibrante emoção continua a ser percebida.

E, finalmente, o Prof. Rodrigues Pinto. Não o referi antes, pois surgiu para mim quando surgiu Rodolfo. E Quando ambos surgiram, surgiu o meu nobre antecessor, Prof. Luiz de Pinho Pedreira da Silva. Desde sempre, tive, por Rodolfo, a perspectiva, logo comprovada e intensificada, de que se

tratavam de dois dos maiores pensadores do Direito do Trabalho do Brasil. A Rodolfo, mais uma vez, obrigado por apresentar-me a tais mestres.

E, finalmente, não podia deixar de registrar a encantadora, intensa e vívida figura intelectual que é a Profa. Alice Gonzales Borges, a quem fui academicamente apresentado pela Prof. Ana Lúcia Berbert de Castro Fontes.

Sempre que encontro a Profa. Alice, estou em festa. Foi assim quando fui reincidente, como gosta de referir, por ter sido agraciado por duas vezes com o galardão da APEB que leva seu nome. É assim, mais uma vez, hoje também e sempre. Profa. Ana Lúcia, obrigado. Profa. Alice, obrigado e parabéns!

Dizia, ainda, que me referiria mais adiante ao meu querido Prof. Edivaldo Boaventura, figura de elegância científica invulgar, apreciador das grandes ideais e dos bons vinhos, que foi meu padrinho intelectual e por quem nutro a mais plena admiração. Foi responsável por estar aqui hoje, mais do que os outros, pois lançara minha candidatura juntamente a Rodolfo e Dr. Aurélio, só depois vindo a me informar que eu tinha que me candidatar, contando, ainda, com o auxílio do acadêmico Prof. Manoel Jorge e Silva Neto. A trajetória do Prof. Edivaldo é a trajetória do ensino jurídico na Bahia, sendo exemplo de pesquisador, professor e pensador do Direito.

Observem os senhores acadêmicos que, da mesma forma que o fizera o Acadêmico Fredie Didier, em seu discurso de posse, fiz questão de referenciar a todos e à importância de todos na minha trajetória, que se entrelaça com a trajetória de cada um e da Academia.

E, parece-me, que a partir daí é possível compreender porque do selo da Academia Francesa consta a expressão À Imortalidade, daí vindo a se chamar os acadêmicos de imortais.

São juristas, acadêmicos e imortais. E a imortalidade é um desejo e uma construção humana que nos distingue. Exprime o triunfo na luta mais inglória da vida. Sobreviver a si mesmo, ultrapassar seu corpo e sua época. Revela a intransigente insatisfação com a limitada condição humana, incapaz de contemplar todas as potencialidade do gênio intelectual e do espírito,

insuficiente para dar vazão ao sentimento de perpetuidade, de continuidade, de vida.

Ser imortal, é, portanto, dar a vida vivida. Como nossos pais deram-na para nós. Como nós a damos para esposas e filhos. Este imortal todos somos. Só abriríamos mão da imortalidade para transmiti-la a nossos filhos. Em verdade, mesmo Brás Cubas, que não teve filhos, deixando de transmitir o legado da nossa miséria, não pode combater a imortalidade.

Ser acadêmico, entretanto, é ser imortal pelos livros, que serão nossos pais e filhos. Ser imortal pela leitura e pelo ensino. É cultivar a imortalidade humana ao amor e ao saber. É dar vida aos outros contra tudo o que pode apequenhar a existência humana pela ignorância, pelo desconhecimento e pelo arbítrio.

Se o homem está condenado a ser livre, como diz Sartre, esta liberdade tem como condição *sine qua non* o pensamento insistente de que fala Habermas. O pensamento insistente para teorias inovadoras e que resolvam melhor os problemas existentes, como diria Popper.

Os acadêmicos podem, certamente, parafraseando Ortega y Gasset, dizer com propriedade, eu sou eu e minha circunstância é meu pensamento. E o pensamento é imortal.

Ao relatar como cada um dos acadêmicos compuseram minha trajetória de vida no magistério, na pesquisa, no estudo e na profissão, estou relatando, admitindo e agradecendo a imortalidade de todos, pois passarão de mim para os meus alunos, que os conduzirão adiante.

E, reitero, são juristas, imortais, numa academia. Lugar de ciência, de discussão, de debate aberto e plural de ideias. Lugar melhor para o pensamento insistente para teorias coerentes e melhores não há. Para combater a iniquidade e a injustiça, não há.

Daí a minha profunda honra e satisfação de, nesta noite, estar dentre os demais Acadêmicos, olhando para os Gigantes que me inspiraram e cunharam, notadamente por vir a ocupar a cadeira n. 35, que fora dignificada

pelo Prof. Pinho Pedreira e iluminada pelo seu patrono, Bernardino Madureira de Pinho, aos quais passarei a dedicar a minha atenção.

## **2. HOMENAGEM AO PATRONO: BERNARDINO MADUREIRA DE PINHO**

Bernardino Madureira de Pinho nasceu em Salvador em 30 de agosto de 1879 – mais uma data de especial significado para mim, pois também em 30 de agosto nasceu minha esposa Iana. Filho de Virgílio Tourinho de Pinho e Mariana Madureira de Pinho, estudou no Ginásio São Salvador, tal como o meu antecessor, Prof. Pinho Pedreira, que também nele estudou quando veio de Cachoeira para Salvador.

Em fevereiro de 1893, ainda menino, discursou, no Teatro Politheama, em Salvador, pedindo a Ruy Barbosa para realizar uma conferência no Theatro São João, em benefício de 50 órfãs do Asilo de Nossa Senhora de Lurdes de Feira de Santana.

Apreciador da Antiguidade Clássica, deu aos seus filhos os nomes de Demóstenes, Péricles e Demades

Ingressou na Faculdade de Direito da Bahia, diplomando-se em 1897. Como registrado pelo Prof. José Calasans em seu estudo intitulado *A Faculdade de Direito da Bahia e a Guerra de Canudos*, na oportunidade da publicação comemorativa dos 90 anos da Faculdade de Direito, Bernardino Madureira de Pinho teve participação intensa em dois documentos que foram responsáveis por apresentar a Faculdade, ainda nos seus primeiros anos de existência, ao Brasil e por firmar a grandeza do pensamento jurídico baiano, que foram o *Manifesto dos Estudantes das Escolas Superiores da Bahia aos seus Colegas e aos Republicanos de Outros Estados*, expondo o entendimento e a posição acerca do Cangaço, com preponderante atuação dos estudantes de Direito (64) e, depois, de Medicina (18) e Engenharia (12), na defesa da Bahia. Naquela época, a *communis opinio* nacional, sem a necessária informação,



considerava que a Bahia abraçava Canudos como projeto restaurador de retorno à monarquia, o que fora veementemente repellido pelo manifesto.

Referindo-se àquele documento, Vital Soares expressou, segundo José Calasans, que

quando, naquela tristíssima fase de luta e sobressaltos, o medo invadia os espíritos e o pavor confrangia as almas dos mais fortes; do seio desta Academia soou o toque de rebate – não à convocação da mocidade para as fileiras combatentes contra os fantasmas dos delírios republicanos – mas o chamamento dessas reservas, não manchadas ainda nas lutas da politicagem, para virem dizer, da eminência de suas convicções puras a verdade dos fatos, que não eram os romances inventados pelos cérebros escaldados

O outro documento foi intitulado *À Nação. A Faculdade de Direito da Bahia*, datado de 3 de novembro de 1897, que expressara o protesto dos estudantes às atrocidades cometidas pelas forças do Estado numa campanha verdadeiramente fratricida, passando a ser chamado de *Protesto*.

Bernardino Madureira de Pinho participou e firmou ambos os documentos, passando já à imortalidade por firmar a posição do seu povo, juntamente com os demais, diante dos preconceitos e em face das atrocidades e excessos cometidos pelo Estado, o que bem retrata o seu perfil intelectual e o seu sentido apurado de justiça.

Depois de formado, foi nomeado Promotor Público da Comarca de Curalinho, atualmente Castro Alves. Em 1904, foi nomeado Comissário da 2ª circunscrição da Capital, cargo equivalente ao de Delegado, nele permanecendo até sua demissão, a pedido, em 1907, por divergências políticas.

Ocupou, já reintegrado ao cargo de Promotor Público, a condição de segundo Procurador Geral.

Destaca-se, ainda, a sua participação na campanha presidencial para Ruy Barbosa, participando, depois, em 1919, em sua peregrinação pelo sertão baiano.

Foi advogado criminalista, vindo a exercer os conhecimentos de Direito Penal no cargo de Delegado de Polícia e de Secretário de Segurança

Pública, que ocupou no Governo Góes Calmon e no de Vital Soares, sendo articulador do enfrentamento ao Cangaço.

Em 1930, por conduto do Governador Vital do Rego, foi ao Rio de Janeiro para articular a sucessão ao governo da Bahia, evitando a instalação de grave crise política.

Faleceu em 15 de maio de 1950, em Salvador, e sob sua condição de patrono os fundadores atribuíram, pela primeira vez, a cadeira n. 35 ao meu antecessor, Luiz de Pinho Pedreira da Silva, a quem passo a me dedicar.

### **3. HOMENAGEM AO ANTECESSOR: LUIZ DE PINHO PEDREIRA DA SILVA**

Luiz de Pinho Pedreira da Silva, ou, como era mais conhecido, Pinho Pedreira ou, ainda, Mestre Pinho, com a merecida deferência, nasceu em São Gonçalo dos Campos em 20 de outubro de 1916, filho de José Machado Pedreira da Silva e Zulmira de Pinho Pedreira da Silva.

Como antecipado, estudou inicialmente em Cachoeira, vindo para Salvador cursar o Ginásio São Salvador, diplomando-se pela Faculdade de Direito em 1938. Atuou ativamente no jornalismo, como era comum às grandes personalidades do mundo jurídico da época, sendo redator de *O Imparcial*, *Estado da Bahia* e *Diário de Notícias*, sendo redator-secretário neste último.

A atividade profissional sempre o vinculou ao Direito do Trabalho, tendo atuação destacada tanto no Ministério Público do Trabalho, como na Magistratura trabalhista. Exerceu o cargo de Procurador do Trabalho de 1942 a 1968, sendo responsável pela implantação da Procuradria Regional do Trabalho na 5ª Região, deixando o cargo somente para ser alçado à condição de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, ocupando a vaga reservada aos membros do Ministério Público. Exerceu a Presidência da Corte no biênio 1975/1977, após ser Vice-Presidente no biênio anterior.

Sua atuação, competência e capacidade doutrinária levaram-no a sucessivas convocações para atuar como Ministro no Superior Tribunal do Trabalho no período fevereiro a junho de 1978, mês em que nasci.

Pareceres e sentenças eram materialização da sua reflexão jurídica no campo do Direito do Trabalho e do Direito em geral, sendo responsável por estudos seminais, vazados em forma de pareceres, sobre *Estabilidade e Prescrição, Constitucionalidade da competência da Justiça do Trabalho para fixação de novos salários, gratificação de festas e bancários, Trabalho perigoso, dentre outros*.

Foi professor de Direito do Trabalho da Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia e na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, em que ensinou, também, Teoria Geral do Estado, Introdução à Ciência do Direito e Sociologia, relevando cultura jurídica invulgar, típica de aguçada curiosidade científica e plural.

Presidiu o Instituto dos Advogados da Bahia no biênio 1961/1963, bem como o Instituto Brasileiro de Direito do Trabalho Cesarino Júnior, e esta própria Academia, no biênio 1990/1992.

Além dos seus pareceres, coligidos na obra *Pareceres do Procurador Geral do Trabalho (3 volumes)*, destaque-se na sua produção bibliográfica os livros *A Gorjeta*, apresentada para o concurso de livre-docência da Universidade Federal da Bahia, *Ensaio de Direito do Trabalho*, dentre outros.

Os que merecem, dentre todos, maior destaque são *Principiologia do Direito do Trabalho e Responsabilidade por Dano Moral na Relação de Emprego*, sendo os dois estudos responsáveis por desbravar temas ainda não enfrentados adequadamente pela doutrina pátria.

Naquele primeiro livro, situa de forma insuperável as funções do Direito do Trabalho, relacionando-o com a vulnerabilidade do trabalhador, ao asseverar que “o Direito do Trabalho é ambivalente porque realiza duas funções: a de proteção ao trabalhador e a de conservação da ordem social”, desenvolvendo as técnicas de proteção e lançando as bases jurídico-

doutrinárias dos princípios da proteção, *in dubio pro operario*, da norma mais favorável, da condição mais benéfica, da irrenunciabilidade de direitos, dentre outros.

Sempre tive, nas vezes em que o avistei, a impressão, confirmada por quem o conhecia, de ser pessoa reservada e gentil, muito generosa para com os seus alunos e colegas.

Nas palavras de Rodolfo Pamplona, Mestre Pinho era de generosidade intelectual sem igual, sempre disponível, ajudando-o em pesquisas bibliográficas um sem-número de vezes.

O prof. Edivaldo Boaventura reforça, ainda, outro traço desbravador de mestre Pinho, sendo um dos primeiros enófilos do Estado, profundo conhecedor e degustador de vinhos. Em viagem a Portugal, costumava frequentar o mesmo restaurante de Fernando Pessoa, sendo conhecido por seu trato gentil e pela forma como aproveitava a vida e gostava de viver.

Faleceu em 22 de janeiro de 2014, aos noventa e sete anos, mas está entre nós, na mencionada vivência dos imortais.

#### **4. CONCLUSÃO**

Num tempo em que academias remetem a musculação do físico e não do pensamento, é imperioso resgatar a relevância social das sociedades de estudo e reflexão,

Não sei cantar, não sei dançar

Minha arte é estudar, minha arte é ensinar

Não sei estrofes, não sei rimar

O livro é meu soneto

A pena é de orgulhar.

É como piu-piu sem frajola

Futebol sem bola

É como o amor, que nunca falha, tudo crê, tudo vê e tudo suporta.

Não posso deixar de agradecer àqueles que mais intensamente participam da minha caminhada.

Iana, sempre e constantemente ao meu lado, comigo, em todas as horas e momentos, apoiando e vivendo essas realizações, com muito amor, e com nosso Miguelzinho, de carinho, risos e gargalhadas inconfundíveis. E, também, ao irmão ou irmã que vier a ter e que, certamente, trará ainda mais alegrias.

Agradeço aquela pessoa que, sem dúvida, é das mais vibrantes e entusiasmadas, minha mãe, Stellinha, sempre dedicada, às vezes até demais, e que vive todas as realizações com plena intensidade. O carinho, a dedicação e o entusiasmo fazem parte dela com todos os nossos projetos e êxitos.

Agradeço a meu pai, cujo exemplo foi fundamental para minha formação, sem o qual nada disso ocorreria e que foi o responsável por me apresentar à Academia de Letras Jurídicas da Bahia.

Aos meus sogros, Clodomir e Darcy, de apoio e vivência imprescindíveis e pela intensa vibração a cada passo, que sentem conosco.

À minha irmã, Daniela, outra entusiasmada, que acompanha e vibra com tudo, como Fernando, meu cunhado, e Elias, também feliz a cada passo, com Cíntia.

Agradeço, ainda, a Luíza, minha afilhada que hoje faz aniversário, a Daniel e a Matheus, que estão sempre alegrando a família.

E que eu sirva à Academia como Bernardino Madureira de Pinho e Mestre Pinho Pedreira serviram ao Direito e à Justiça.

Obrigado.